

## **Memórias da Casa Tina Martins: Histórias de uma Organização de Resistência à Violência de Gênero**

### **Autoria**

thais zimovski garcia de oliveira - thais.zimovski@yahoo.com.br

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin - CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Rafael Diogo Pereira - rdpereira@face.ufmg.br

Depto. de Ciências Administrativas/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Gabriel Farias Alves Correia - correiafa@gmail.com

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin - CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é apresentar as diversas histórias e memórias da experiência política da Casa Tina Martins a partir de relatos de mulheres que participaram do projeto desde sua concepção até o momento presente. Para tal, trabalhamos com as convergências entre as abordagens histórica e qualitativa paralelamente à uma observação participante. Na apresentação dos resultados destacamos dois percursos temáticos a partir das memórias das sujeitas entrevistadas: no primeiro discutimos o processo de ocupação do espaço envolvendo suas disputas políticas. Em seguida, apresentamos relatos visando elucidar sentidos dessa experiência e significados presentes no cotidiano do grupo. Os resultados caminham para a elaboração de narrativas históricas diversificadas, processuais e que se deslocam do estabelecimento de modelos que utilizam o passado como simples ferramenta de produção e reprodução das relações de poder do presente. Assim, ao invés de uma conclusão única, propusemos algumas reflexões que foram compartilhadas e discutidas junto às integrantes do grupo estudado. Por fim, as discussões que envolvem a memória possibilitaram compreender o processo de lembrança e esquecimento como um ato político e intencional.



## Memórias da Casa Tina Martins: Histórias de uma Organização de Resistência à Violência de Gênero

### Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar as diversas histórias e memórias da experiência política da Casa Tina Martins a partir de relatos de mulheres que participaram do projeto desde sua concepção até o momento presente. Para tal, trabalhamos com as convergências entre as abordagens histórica e qualitativa paralelamente à uma observação participante. Na apresentação dos resultados destacamos dois percursos temáticos a partir das memórias das sujeitas entrevistadas: no primeiro discutimos o processo de ocupação do espaço envolvendo suas disputas políticas. Em seguida, apresentamos relatos visando elucidar sentidos dessa experiência e significados presentes no cotidiano do grupo. Os resultados caminham para a elaboração de narrativas históricas diversificadas, processuais e que se deslocam do estabelecimento de modelos que utilizam o passado como simples ferramenta de produção e reprodução das relações de poder do presente. Assim, ao invés de uma conclusão única, propusemos algumas reflexões que foram compartilhadas e discutidas junto às integrantes do grupo estudado. Por fim, as discussões que envolvem a memória possibilitaram compreender o processo de lembrança e esquecimento como um ato político e intencional.

**Palavras-chave:** Histórias; Memórias; Casa Tina Martins;

### 1. INTRODUÇÃO

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins teve sua origem a partir da militância de integrantes do movimento feminista Olga Benário, com a ocupação do refeitório do antigo prédio da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no ano de 2016. Após um processo de negociação de 87 dias com o governo do Estado, o grupo conquistou, temporariamente, um imóvel tombado na região centro-sul de Belo Horizonte. Atualmente este é um importante foco de resistência à violência de gênero na cidade e local de suporte para mulheres em situação de violência, sendo sustentado e mantido pelas próprias integrantes do movimento.

Com este artigo, buscamos apresentar e apreender as diversas histórias e memórias da experiência da Casa Tina Martins a partir de relatos de mulheres que participaram do projeto desde sua concepção até o momento presente. Para isso, nos valem das teorias sobre a perspectiva histórica, buscando outros olhares na reconstrução do passado, bem como ampliar o estudo da história no campo das organizações (GODFREY, et. al. 2016). Mais precisamente, podemos dizer que a experiência política retratada por este trabalho se desdobra por distintos momentos: pela sua criação, com a luta pelo espaço frente ao Estado, e pelas práticas cotidianas de organização da Casa.

O Mapa da Violência mostra que houve um aumento das taxas de feminicídios, sobretudo entre mulheres negras e periféricas (WAISELFISZ, 2015). Na última década no Brasil, enquanto o índice de homicídios de mulheres brancas caiu em 11,9%, a quantidade de homicídios de mulheres negras aumentou em 19,5% (WAISELFISZ, 2015). Isto torna evidente uma estatística já amplamente denunciada: a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras que entre as não negras, sinalizando para uma diferença de 71%. (CNJ, 2018). Por se tratar de um trabalho que se desdobra sobre esse contexto, esta pesquisa pode ser relacionada ao campo denominado por Matos (2008) como “Estudos de Gênero”, cuja formação, apesar de marcada por algumas complexidades, pode dialogar diretamente com o horizonte de transformação social vislumbrado pelos movimentos feministas (SANTOS et al., 2016).

Quanto ao percurso metodológico, por visar articular experiência política e memórias da organização, optamos por adotar as convergências entre as abordagens histórica e qualitativa (YATES, 2013). Assim, utilizamos como método de pesquisa, entrevistas inspiradas na metodologia de “História de Vida” (FISCHER, 1997), que posteriormente foram submetidas a uma apresentação temática, visando uma maneira de construir e apresentar uma narrativa própria dessa experiência. Assim, estruturamos a pesquisa em duas fases: a primeira baseou-se em uma imersão no grupo sob a ótica da observação participante (SERVA; JAIME JÚNIOR, 1995); enquanto a segunda visou a construção de narrativas de participantes da primeira fase propensas a conceder entrevistas e a rememorar suas histórias pessoais para a realização deste trabalho. Estes procedimentos serão tratados com maior profundidade adiante, entretanto vemos nisso uma possibilidade de tencionar a aparente dicotomia entre teoria e prática nas ciências, especialmente na administração (GABRIEL; CARR, 2002; BARROS et al., 2011; BARROS; CARRIERI, 2015; CARRIERI et al., 2018). Nesse sentido, a pesquisa articula tanto a prática das mulheres na gestão autônoma do projeto, com a apreensão do cotidiano da Casa e das atividades do dia a dia, quanto a compreensão da experiência política dessas sujeitas pelos sentidos empregados à luta e à resistência contra a violência de gênero.

## 2. A PERSPECTIVA HISTÓRICA E AS MEMÓRIAS NA ADMINISTRAÇÃO

Diversos autores recentes buscaram discutir as contribuições da perspectiva histórica e da memória para os Estudos Organizacionais. Destacamos trabalhos como os de Zald (1988), Clark e Rowlinson (2004), Costa, Barros e Martins (2010), Rowlinson *et al.* (2010), Vizeu (2010), Barros *et al.* (2011), Costa e Saraiva (2011), Fontoura, Alfaia e Fernandes (2013), Souza e Costa (2013), Burghausen e Balmer (2014), Barros e Carrieri (2015), Perdigão *et al.* (2015), Carneiro (2016), Maclean, Harvey e Clegg (2016), Pena *et al.* (2016), Wanderley *et al.* (2016), Coraiola, Foster e Suddaby (2017), Costa e Silva (2017), Trindade e Costa (2017), Carrieri *et al.* (2018), Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018), Joaquim e Carrieri (2018), Wanderley e Barros (2018), Caleffi e Ichikawa (2019) e Costa e Silva (2019). Todos eles possuem em comum a discussão sobre os avanços e as possibilidades que a temática interdisciplinar oferece, apresentando caminhos alternativos para superar a concentração de estudos da Administração que buscam sobrelevar grandes histórias, sujeitos e narrativas heroicas.

A imbricação das Teorias Organizacionais e a História, fomentando um caráter interdisciplinar do conhecimento, foi realizada por autores como Zald (1988), que trabalha sob uma perspectiva teórica em direção à historicização dos estudos da Administração. Em seu trabalho, o autor trata das ameaças presentes na desvalorização do contexto histórico no desenvolvimento dos estudos da área. Ainda assim, Zald (1988) sublinha a dificuldade de elucidar a forma de concretização dessa perspectiva interdisciplinar, caminhando para um olhar de exame histórico dos tipos de organização, do desenvolvimento teórico sobre as peculiaridades das organizações e a história das empresas.

Já em um trabalho posterior, o mesmo autor afirma que a interação entre os Estudos Organizacionais e outras disciplinas das ciências humanas faz parte dos próprios atributos da área (Zald, 1993). Em complemento, Zald (1996) afirma que a abertura para uma interface maior com outras disciplinas humanas, sobretudo a História, possibilita maior compreensão dos processos e fenômenos organizacionais marginalizados pelos estudos do *mainstream*. A repercussão desse movimento em prol da interdisciplinaridade ocorreu em diversas áreas do conhecimento, conforme destacam Clark & Rowlinson (2004) e Barros e Carrieri (2015).

A discussão referente ao aumento de estudos na Administração a partir da ótica histórica foi sinalizado em Clark e Rowlinson (2004), destacando as produções com base nas

discussões da *historic turn* (virada histórica). Em complemento, Vizeu (2010) coloca que esses estudos estão associados às renovações metodológicas e epistemológicas das ciências sociais que transcorreram na segunda metade do século XX, relacionadas aos questionamentos de práticas e discursos provenientes da academia.

A partir desse movimento de renovação, Clark e Rowlinson (2004) localizam os Estudos Organizacionais em uma dinâmica de renovação que caminha para a consideração de diversas histórias, múltiplas e plurais frente a unicidade proveniente dos discursos tradicionais que focam nas grandes narrativas, nos grandes sujeitos e nos grandes acontecimentos. A prática no campo é modificada por meio da inserção de elementos de objeto e de análise não antes considerados. Com isso, os acontecimentos históricos são vistos a partir de outros olhares, considerando a multiplicidade de versões e narrativas e não mais sobre a ótica do ordenamento, estabelecimento de leis, regras, generalizações e sucessões encadeadas de forma linear.

A influência da perspectiva história possibilitou, segundo Clark e Rowlinson (2004), o questionamento de variáveis “simples” e do “cientificismo” nos estudos da Administração. Deste modo, é na virada histórica que as possibilidades de estudo se abrem no campo para novas ferramentas metodológicas, novos objetos de investigação, novas visões sobre os acontecimentos passados, além das próprias reflexões sobre as narrativas históricas e o papel da História a partir da ideia do passado como processo e contexto. É nesse movimento também que são sublinhadas as importâncias dos sujeitos menores, dos pequenos acontecimentos, das pequenas narrativas, das práticas e dos saberes promovidos por sujeitos desconsiderados no processo de criação do conhecimento (BARROS; CARRIERI, 2015; CARRIERI et al., 2018; JOAQUIM. CARRIERI, 2018).

Autores como Vizeu (2010), Costa, Barros e Martins (2010), Souza e Costa (2013), Carneiro (2016) e Wanderley *et al.* (2016), Carrieri *et al.* (2018), Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018), Joaquim e Carrieri (2018), Wanderley e Barros (2018) e Souza e Costa (2019) destacam a importância de fomentar discussões locais sobre as contribuições históricas para os Estudos Organizacionais, e com isso, destacar saberes geograficamente localizados e distanciados dos tradicionais grandes centros. Nesse sentido, esses autores instigam os pesquisadores nacionais na busca pela superação do caráter a-histórico da Administração, incentivando a diminuição da dependência dos estudos estrangeiros nas reflexões sobre o tema. É a partir desta linha de raciocínio que podemos justificar estudos históricos sobre organizações não empresariais na área, tendo em vista que a própria escolha por esse objeto de investigação já se apresenta como um olhar excluído das principais investigações.

As análises históricas nos estudos históricos do Brasil podem, para Carneiro (2016), caminhar para a absorção de aspectos processuais, rompendo com a simples descrição da história das fontes abordadas. É por isso que fomentar estudos que buscam trabalhar com a História de diferentes modos, objetivos e sujeitos podem ser considerados importantes para o avanço do conhecimento no campo. Costa e Silva (2019) ainda complementam que poucos são os trabalhos que se debruçam sobre o método histórico na Administração, afirmando a real necessidade de avanço nas particularidades e nos procedimentos aplicados à área, integrando fontes documentais, relatos históricos oficiais e histórias orais.

Já no campo das memórias, os objetos de estudo desvelam uma diversidade de temas e reflexões. Pollak (1989,1992) elucida que a memória parece ser um fenômeno individual, mas deve ser considerada como fenômeno coletivo e social, construído e transformado coletivamente de forma dinâmica e fluída. Ela é simultaneamente habilidade natural e construção social, atividade, movimento, atuante em uma espécie de trabalho que dá sentido ao passado, considerado como trabalho morto, mas que “compõe o palco da vida” (GUARINELLO, 2004, p.29).

A memória, seja ela individual ou coletiva, não é um simples repositório passivo de fatos, pelo contrário, se caracteriza como produto cultural imensurável. Essa mesma posição é adotada por Joaquim e Carrieri (2018) quando reforçam o caráter construtivo e reconstrutivo de significações que é a memória, distanciando da compreensão objetiva que a coloca como depósito passivo de fatos, ocorrendo no tempo presente sobre questões do passado. Ela, para os autores, nem sempre transmite informações completas, mas traz uma imensurável riqueza de possibilidades.

Por fim, esse posicionamento embasa o presente trabalho na medida em que não estamos comprometidos em considerar a história como única e hegemônica, direcionando nossas visões sempre para o heterogêneo, o plural e o múltiplo, enfatizando que as histórias aqui retratadas são sempre uma dentre outras várias possíveis, localizadas em um tempo histórico que influencia na percepção e na construção do trabalho de investigação. Nesse sentido, consideramos a existência de constantes transformações até mesmo em práticas que parecem baseadas em tradições ortodoxas, o que pode ser visto a partir das memórias e seus sentidos na construção de determinada trajetória histórica. Isso nos faz considerar as alterações que os saberes estão submetidos, em um movimento de compreendê-los como fenômenos de cultura e de construção social, diferente de modelos fabricados, pré-prontos e descontextualizados que os estudos hegemônicos da área tentam nos impor.

### 3. CAMINHOS PERCORRIDOS

Para alcançarmos o objetivo de apresentar as diversas histórias e memórias da experiência da Casa Tina Martins, realizamos seis entrevistas em profundidade paralelamente à observação participante na dinâmica da Casa, o que gerou o registro de duas falas abertas em eventos públicos, entre outras fontes de materiais. As entrevistas e a observação participante não estão desvinculadas. Ao contrário, a participação na Casa, além de produzir uma série de materiais úteis ao grupo, também foi utilizada para proporcionar uma relação de pesquisa mais horizontal com as mulheres entrevistadas e possibilitar a construção de uma narrativa mais aprofundada e consistente.

Visando superar a concepção que relaciona a dimensão política apenas a sujeitos militantes ou engajados em movimentos sociais, a observação da pesquisa se desdobrou sobre os diferentes grupos da casa: coordenadoras, abrigadas, acolhidas e demais participantes. Entretanto, isto não foi feito sob as mesmas bases. Apesar da integração entre essas mulheres acontecer de forma livre, algumas abrigadas se encontram em uma posição de vulnerabilidade e exposição, demandando um cuidado na interação com este grupo. Assim, para não reproduzir o modo patriarcal que normalmente atuam os demais dispositivos estatais presentes neste cenário evitamos entrevistar diretamente as mulheres nesta situação, valendo-nos apenas de falas públicas nas mídias ou em eventos abertos.

Ademais, mais do que uma lista de procedimentos assépticos que buscam neutralizar o contato dos pesquisadores com seu campo de trabalho, essa seção objetiva apresentar os caminhos percorridos durante o período de nosso contato com o campo de pesquisa. São eles: 1) a participação no cotidiano da casa levantando as principais demandas e possibilidades de atuação; 2) participação no núcleo de estudos sobre feminismo e socialismo que acontecem na Casa Tina Martins semanalmente; 3) registro e edição das principais atividades desenvolvidas neste período como feiras, rodas de conversa e outras ações gerando possíveis materiais de divulgação; 4) arrecadação de fundos junto à universidade por meio da submissão de projetos de extensão que articulem o trabalho da casa ao âmbito formal da extensão universitária; 5) realização de intercâmbios e trocas com o convite a coordenadoras da Casa Tina Martins para ambientes da universidade por meio de palestras ou rodas de conversa.

Destacamos também que o recurso da fotografia foi realizado paralelamente à nossa participação como forma secundária de registro da observação participante. Esta estratégia teve uma dimensão mais ilustrativa, distanciando-se de uma possível ideia de comprovar a veracidade da pesquisa por meio de imagens, como se estas estivessem apartadas de qualquer possibilidade de manipulação ou deturpação (SCHVAMBACH, 2008). Pelo contrário, utilizamos esta ferramenta na medida em que a participação na dinâmica da casa permitiu, em segundo plano, para tornar o material textual mais sensível para o leitor. Além disso, todo material audiovisual foi disponibilizado às integrantes do grupo como parte da dinâmica devolutiva do processo de pesquisa.

A triangulação dessa série de ferramentas: observação participante, dados secundários e entrevistas em profundidade gerou um vasto material de estudo. A observação participante ocorreu a partir abril de 2018. O registro fotográfico, no entanto, foi utilizado desde os primeiros contatos com a Casa no ano anterior. As entrevistas em profundidade seguiram o formato de uma conversa e foram integralmente transcritas. Além disso, dois eventos públicos também foram gravados e transcritos a fim de colher falas de outros sujeitos que atuam e integram a rede de enfrentamento à violência contra mulher.

A tabela 1 abaixo mostra como foram realizadas as entrevistas. Nela, estão descritas as pessoas entrevistadas, bem como suas formas de participação da Casa. Os nomes reais das participantes foram ocultados a fim de preservar a identidade das mesmas. Para identificá-las, solicitamos que cada uma indicasse o nome de uma mulher feminista que a representasse para substituir seu nome neste trabalho.

**Tabela 1 – Lista de entrevistas e falas registradas: composição do corpus de pesquisa**

Material	Sujeita	Função	Área	Data
Entrevista 1	Violeta Parra	Coordenadora	Comunicação	Jul/2018
Entrevista 2	Hilda Hilst	Coordenadora	Psicologia	Jul/2018
Entrevista 3	Rosa Luxemburgo	Coordenadora	Assistência Social	Jul/2018
Entrevista 4	Angela Davis	Coordenadora	Feira	Jul/2018
Entrevista 5	Margarida Alves	Coordenadora	Abrigamento	Jul/2018
Entrevista 6	Alexandra Kollontai	Coordenadora	Jurídico	Nov/2018
Desconstruções	Pagu	Coordenadora	Geral	Nov/2017
Resiste Tina	Alexandra Kollontai	Coordenadora	Jurídico	Jun/2018
	Cora Coralina	Ex-abrigada		

Fonte: elaborado pelos autores.

Não houve, contudo, um processo de análise de dados e informações como acontece em muitas perspectivas qualitativas, as quais enxergam a interpretação como possibilidade de desvelar uma realidade oculta por trás de algo dito. De acordo com Balasch e Montenegro (2003), a produção de narrativas é uma metodologia que emerge na psicologia social crítica, cuja intenção é produzir textos conjuntos entre investigadores e participantes. Isso ocorre em uma determinada “situação para a qual se programa uma série de sessões em que ambos falam e comentam aspectos – previamente consentidos – sobre o fenômeno estudado” (BALASCH; MONTENEGRO, 2003, p. 19, tradução nossa).

Por fim, na próxima seção apresentamos uma narrativa da experiência no campo de pesquisa. Valendo-nos da triangulação dos recursos mencionados acima, retratamos alguns momentos e histórias das mulheres da Casa. Para isso, foram articulados alguns temas principais visando organizar os relatos dessas mulheres à luz das teorias acerca de história e memória. A partir disso, apresentamos a experiência política da Casa Tina Martins em dois

momentos distintos. Primeiro buscamos mostrar o processo de construção da Casa envolvendo suas disputas políticas e suas interações com o Estado. Depois, apresentamos alguns relatos visando elucidar sentidos dessa experiência e significados presentes no cotidiano do grupo.

Esta organização temática foi delineada, pois ainda que diversos temas pudessem ser elencados para recontar a atuação do movimento, o interesse com este trabalho localiza-se nos sentidos emergentes da experiência política do grupo. Além disso, apesar de ser comum que pesquisadores se interessem em resgatar trajetórias de origem de organizações e movimentos sociais em uma abordagem mais objetiva, como já realizado por Bastos (2016) sobre a origem da Casa Tina Martins, pensamos que os aspectos do campo da subjetividade permanecem ainda pouco explorados. No caso deste trabalho, além de resgatarmos parte da trajetória de criação da Casa como contextualização do estudo, destacamos aspectos presentes no momento da nossa imersão no campo. Visamos, com isso, abarcar aspectos mais relacionados à construção de novos sentidos como meio de resistência e desnaturalização da violência de gênero e promover, com isso, articulações entre história, memória e experiência política de transformação social.

#### **4. DA OCUPAÇÃO A CASA: DISPUTAS POLÍTICAS E INTERAÇÕES COM O ESTADO**

De acordo com Bastos et. al. (2017), a omissão do poder público com relação às políticas de moradia tem potencializado no Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000, lutas por formas revolucionárias de organização habitacional. Dentre estas, encontram-se as ocupações urbanas. A antiga ocupação Tina Martins insere-se neste cenário que, em efervescente crescimento nos últimos anos, tem encontrado meios cada vez mais eficientes de mobilização. Margarida Alves, atuante no Movimento Olga Benário desde sua concepção relata este contexto:

Então a gente do movimento de mulheres Olga Benário pensou, vamos fazer alguma coisa possa impactar. (...) e aí a gente tem movimentos parceiros, né, como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que é um movimento que luta por moradia, mas que tem na sua predominância mulheres dirigindo esse processo e a gente pensou, olha, vamos pegar a experiência desse movimento e vamos organizar uma ocupação de mulheres, específica de mulheres pra tratar das mulheres, pra cuidar de mulheres. (...) e na madrugada do dia 8 de março a gente entra no prédio da Guaicurus com a Espírito Santo, na antiga faculdade de engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais e ocupa (Entrevista - Margarida Alves).

Existe, no entanto, um aspecto que distingue a ocupação Tina Martins das demais ocupações – o que a inseriu em um grupo de movimentos inovadores nas lutas pelo espaço urbano. Seguindo os passos da ocupação Luiz Estrela<sup>1</sup>, este projeto não tratava da disputa por espaço para moradia, mas reivindicava um local para o atendimento de demandas relacionadas ao fortalecimento de pessoas em vulnerabilidade, como o “acolhimento de mulheres em situação de risco e a prevenção à violência” (BASTOS et al., 2017, p. 258).

Como elucidado por Margarida, a iniciativa veio diante da “necessidade de ter equipamentos que pudessem atender as mulheres que precisavam sair do ambiente de violência, pra poder ter condições de se reestruturar, inclusive para ter condições de não morrerem...” (Entrevista - Margarida Alves). Assim, a ocupação teve sua origem com a entrada de algumas mulheres integrantes do Movimento Olga Benário em um prédio não utilizado por mais de dez anos na região central de Belo Horizonte, o antigo restaurante da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Aprofundando-se um pouco mais no contexto da origem da ocupação, Pagu relata situações de violência de gênero que ocorriam nas próprias ações de militância dos movimento parceiros do Movimento Olga Benário:

Isso foi um dos motivos, por exemplo, pelo qual a gente construiu a Tina Martins - que foi um acontecido dentro de uma das ocupações: que foi uma mulher que, toda vez que ela passava por uma situação de violência, ela recorria a nós do movimento e até que chegou uma situação que a gente falou 'olha, você precisa denunciar'. E aí ela tomou coragem, ela foi denunciar, fez o boletim de ocorrência e quando ela voltou pra casa o companheiro esfaqueou ela e aí ela morreu. Então isso é a realidade que acontece com a grande maioria das mulheres. Elas não têm para onde ir. Por isso que a gente fez casa de referência e é por isso que a gente briga para que tenham mais casas-abrigo para as mulheres poderem ir (Fala no Evento Desconstruções/NEOS-UFMG – Pagu).

Em uma retrospectiva das ações de planejamento da ocupação Tina Martins, Pagu, neste mesmo relato, começa lembrando a “luta de mulheres contra Cunha” em fevereiro de 2016 que, para ela, marcava um cenário de movimentos sociais fortemente polarizado. Neste contexto de fragmentação das lutas políticas, a pauta da “luta das mulheres pela vida” (e, por conseguinte, contra os crimes de violência doméstica) emergiu como uma possibilidade de unificação das ações de alguns dos movimentos sociais. Nas palavras de Margarida Alves, uma ação que fosse um “ponto de convergência para todas essas divergências que existem dentro do seio do movimento feminista que estava discutindo o ato de rua do 8 de março” (Entrevista - Margarida Alves).

A ideia da ocupação começou no ano de 2013, com a participação do movimento Olga Benário na ocupação urbana Eliana Silva na região do Barreiro em Belo Horizonte, a qual sediava também algumas partes da organização do movimento Olga Benário. Este contato propiciou a comunicação entre os dois grupos, resultando na ocupação Tina Martins, com uma duração de 87 dias, período marcado por uma intensa negociação junto ao governo do Estado.

O principal argumento contra o movimento nesta negociação era que a Casa de Referência da Mulher seria criada no futuro em um endereço anunciado no ano anterior. Este endereço, no entanto, até aquele momento servia como estacionamento da ROTAM (Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas). Além disso, também não havia nenhum documento que comprovasse o início da construção do abrigo, ou a reversão de fundos em licitação antes de 2017, o que acarretaria uma espera de no mínimo dois anos.

Por outro lado, as mulheres do movimento Olga Benário, enfatizando a urgência do problema apontavam dados estatísticos como forma de mostrar a necessidade de um local como a Tina Martins. Rosa, em sua entrevista, mostra clareza sobre dados que desvelam o contexto da rede de enfrentamento à violência de gênero em Minas Gerais, onde mulheres realizavam, naquele período, cerca de 300 solicitações por abrigo por dia, enquanto apenas 13 encontravam-se abrigadas em todo o estado.

Após diversas fases de negociações, o governo do Estado permitiu a utilização de uma casa tombada na região centro sul de Belo Horizonte para sediar a Casa de Referência da Mulher Tina Martins por dois anos. Mas, como narra Margarida Alves, a ocupação não tinha como intuito ser uma Casa de Referência como é atualmente, mas utilizá-la como meio de reivindicação.

A gente achou que inicialmente ia ser uma ocupação meramente reivindicatória, que daí a pouco a política ia vir, ia despejar, ia bater nas mulheres né, ia ser, enfim, algo que não ia ficar né. E a gente percebeu que a gente precisava ficar porque nas primeiras horas da manhã mulheres começaram a chegar perguntando o que que era aquilo, que elas precisavam de um lugar daquele para ser atendidas. Então enquanto a gente estava organizando a ocupação, tirando entulho, limpando, organizando cozinha coletiva, a gente já começou a fazer trabalho de acolhimento dessas mulheres e aí já começaram a chegar parceiras, advogadas, psicólogas, assistentes sociais, ativistas de diversas naturezas né dentro dessa área dos movimentos sociais para se solidarizar... (Entrevista - Margarida Alves).

Atualmente, um consenso entre todas as participantes é o slogan criado por elas. Alexandra, coordenadora do núcleo jurídico e várias outras participantes assim compreendem

a situação: “Acho que a Tina Martins é aquela frase da música que a gente usa que é ‘Com o Estado, contra o Estado e para além do Estado’. Acho que isso define muito o que é a Tina” (Entrevista – Alexandra). Apesar disso, o sentimento de desamparo é presente nas falas das integrantes do movimento:

Então não há, infelizmente, nenhum compromisso com o governo para que seja dado um enfrentamento de forma séria e qualificada para a violência contra as mulheres e aí o não diálogo conosco é um reflexo disso na verdade, né? Dessa ausência de política, mas isso também não tem feito com que a gente não cobre, então a gente tem cobrado, a gente tem insistido, a gente tem chamado a responsabilidade do governo, que ele não pode ser omissivo (Entrevista – Margarida Alves).

A despeito deste cenário de desamparo, as próprias integrantes muitas vezes se sentem inseridas em uma rede de enfrentamento à violência contra mulher. Rosa, uma das coordenadoras da Casa mostra como reconhece esta rede:

O Estado de Minas que tem 853 municípios, tem 52 centros de referência de mulher, tem... sei lá, tem uma promotoria que atende mulheres vítimas de violência doméstica, uma promotoria no estado inteiro, pouquíssimas DEAMS, acho que são 67 DEAMS para o estado inteiro. Então assim, é uma política que a gente custa há muito tempo que se fala, muito tempo que a gente faz lutas para conseguir ampliar os atendimentos, tudo da política de enfrentamento de violência contra mulher.

Neste sentido, as mulheres da Casa tem pressionado o Estado entendendo que sua responsabilidade vai além de mediar o conflito do imóvel tombado.

**Figura 1 – Femicídios no Estado**



**Fonte:** Fotografia dos autores do galpão da Casa

Margarida Alves, uma das coordenadoras da casa que participou das mesas de negociação com representantes do governo, entende que é dever do Estado não apenas ceder o imóvel (recebido em condições insalubres), como também torná-lo habitável e garantir boas condições para a Casa: “a gente fez a ocupação e aí o governo só cedeu o imóvel, né?. Então a gente não tem nenhum tipo de financiamento público investido aqui na Casa, então é um imóvel com uma conta de água e uma conta de luz paga” (Entrevista – Margarida). Neste sentido, Hilda narra alguns destes problemas comuns na rotina da Casa, que esbarram ainda no fato do imóvel ser tombado:

Questões hidráulicas que você não pode... exemplo, uma descarga disparou e você não pode mandar ninguém consertar. Então assim, é... chuveiro queimado... e às vezes você vai trocar o chuveiro e aí a resistência da casa, a parte elétrica da casa que não está boa então assim, já várias vezes o pessoal tomou banho lá frio, então tem várias questões físicas que a gente sabe, por ser uma ocupação e por ser aquele imóvel do governo, você não pode fazer porque eu acho que assim, se tivesse boa vontade, a gente já tinha feito um mutirão, já tinha feito isso, mas você não pode, você é impedido (Entrevista – Hilda).

Para além das disputas permeadas pelos discursos oficiais e jurídicos, existe uma realidade que é identificada pelo movimento. Uma das integrantes relata inclusive já ter tido acesso a relatos de pessoas ligadas ao Estado que claramente deslegitimam o sentido do

trabalho realizado dizendo: “Você não vê muita vontade política mesmo [...] e inclusive a gente já escutou isso: tá, a gente vai ceder a casa e eu quero ver quanto tempo vocês conseguem ficar na Casa” (Entrevista – Rosa).

Ademais, é fundamental ter estas fronteiras bem delimitadas uma vez que a relação dessas mulheres com o Estado não ocorre apenas de forma indireta, mas de modo objetivo gerando momentos de enfrentamento pessoal. Por isso, levantar possíveis reflexões críticas sobre as responsabilidades de cada parte envolvida mostra-se como uma possibilidade frutífera no contexto deste trabalho acadêmico.

Então a gente prepara o nosso espírito, prepara o espírito das mulheres que estão ao nosso redor para a gente poder fazer essas resistências. Então é, diálogo com a imprensa, espaços públicos que a gente possa questionar o Estado, porque que ele está se comportando dessa forma, são estratégias diversas, né: trazer o Estado para casa, para ele ver a situação que a casa se encontra e dialogar e dizer qual que é a responsabilidade que ele acha que ele tem sobre isso (Entrevista – Margarida).

Por fim, a experiência política da Casa Tina Martins, vista pela ótica das memórias e relatos de suas integrantes, é capaz de demonstrar formas de desnaturalização da violência de gênero: das mais arraigadas na subjetividade às atividades práticas e institucionais de luta política. Isso pode ser percebido na fala acima quando Margarida liga a atuação das mulheres da Tina Martins à necessidade de preparar o espírito. Das diversas maneiras que esta colocação poderia ser interpretada, a partir do olhar da própria memória, isto nos leva à próxima seção, a qual poderá se aprofundar na compreensão deste campo: os sentidos subjetivos emergentes na Casa Tina Martins.

## 5. TECENDO HISTÓRIAS: SENTIDOS PRESENTES NO COTIDIANO DA CASA

Apresentar a Casa Tina Martins e seu cotidiano está longe de ser uma tarefa linear. Descobri-la também se mostrou um processo complexo. Ainda que fosse possível medir, anotar, desenhar um mapa, uma planta – como já realizado por outros trabalhos acadêmicos – em nossa imersão, as paredes de concreto da Casa se transmutaram em locais de enunciação, funções, espaços e sentidos, ganhando nova materialização para esta pesquisa. A Imagem 2 abaixo, intitulada com a fala de Hilda, integrante do grupo, mostra a fachada da casa em diálogo com enfeites de crochê que marcam a entrada e a árvore em frente da porta.

**Figura 2: “Esse mundo amplo que é uma Casa de Referência”**



**Fonte:** fotografia dos autores da fachada da Casa

O que é uma casa de referência? Recordando a pergunta feita por uma das próprias coordenadoras ao contar seus primeiros passos: “porque era uma coisa que eu sempre questioneei: é abrigo ou é casa de referência?” (Entrevista – Hilda). A expressão “referência da mulher” tem a função de apresentar a Casa como um possível norte para mulheres. As integrantes da Casa mostram, a partir da vida cotidiana, algumas insuficiências da ideia de casa abrigo em comparação com uma casa de referência e a necessidade deste termo. Isto, para Rosa, uma das coordenadoras entrevistadas, deve-se principalmente pela priorização no

atendimento às questões de longo prazo que visam um horizonte para o futuro das mulheres. Segundo ela, existe uma reflexão sobre:

O que podia se propor pra essas mulheres enquanto perspectiva futura, pra não só tirá-las da violência, mas como para inseri-las novamente na sociedade. Porque muitas das vezes acaba que a violência tira essas mulheres né, afunda essas mulheres ainda mais ali dentro do privado, dentro das casas ou dentro de abrigo, ou dentro do espaço que ela tá de proteção, e tira essa mulher. E o agressor continua... continua lá fora (Entrevista – Rosa).

Uma vez esclarecido o que significa uma casa de referência, é importante notar que esta experiência política não pode ser reduzida nem a um ou dois grupos de pessoas, tampouco a um espaço físico. Conforme uma das entrevistadas, já se “criou um imaginário, mesmo que a pessoa não saiba o que que é a Tina, a pessoa sabe – ‘nossa é aquela casa que tem aquelas coisas né...’ (...) ou então fala, ‘é a casa que tinha a feira dos cachorrinhos...’ aí vai dando nisso, cria uma coisa pra cidade também” (Entrevista – Violeta). Além disso, também não se pode dizer que é simplesmente um projeto. Como esclarecido pela mesma coordenadora:

(...) a Tina Martins é basicamente tipo o cortiço do Aloisio de Azevedo, que o cortiço é o personagem principal, a Tina é a personagem principal (...) e é até engraçado que às vezes a gente recebe alguém que fala: “eu quero falar com a Tina Martins...” [risos] (Entrevista – Violeta).

Para uma compreensão dos sentidos empregados nessa experiência pela ótica de suas funções, notamos a importância das práticas de “escalas de acolhimento” entre as integrantes como atividade central da organização. Isso se traduz no tempo que cada integrante dispõe para ficar no ambiente da Casa Tina Martins dando suporte às suas diversas atividades. Ao mesmo tempo em que essa é a maneira em que as integrantes do grupo se organizam para garantir pelo menos uma pessoa do movimento na Casa durante toda a semana, é também uma possibilidade de aprendizagem das rotinas e dos modos de organização do grupo. Além disso, este momento fomenta a criação de laços e alinhamento de responsabilidades junto ao movimento, tendo em vista as dificuldades da participação voluntária.

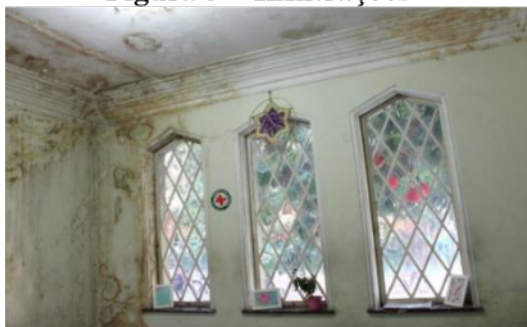
Alexandra, na seguinte fala, conta a complexidade da articulação entre alinhamento político e possibilidade de participação na escala. Para ela, a apropriação dessas bases teóricas serve para que o trabalho na Casa não seja desempenhado sem comprometimento. Ou seja, a fundamentação teórica é usada não apenas como um requisito, mas também como um instrumento que sustenta o sentido desse trabalho: a luta contra a violência de gênero em termos estruturais.

O que a gente preza na casa: as meninas que estão chegando, a gente faz a discussão para que elas sejam de um núcleo do Olga, porque não tem condições da gente estar num movimento desse e não estar alinhado com o movimento político do qual a gente faz parte, porque dá problema, né? A gente tem uma visão, tem uma linha muito certa de como a gente defende essa Casa, de qual tipo de política a gente defende, então é importante que todas nós estejamos coesas. Então por exemplo, dar escala, a pessoa que tem que ficar aqui durante o dia lidando com as pessoas que estão chegando, conversar com as mulheres, discutir caso... Tem que ser do Olga Benário... Porque, quando você é do movimento, você entende a política, você se envolve mais, você tem uma responsabilidade maior porque, quando você é do movimento, você entende o que significa, que essa casa só funciona por conta do Olga. Essa Casa só existe por conta do Olga, a casa não é independente. Quando você não tem essa relação com o movimento político, simplesmente um dia você pode acordar e falar “Ah, não vou, não quero. Cansei” e vai embora. E aí como é que fica o trabalho? (Entrevista – Alexandra).

As demais funções acontecem paralelamente à escala. Os atendimentos psicológicos, jurídicos ou assistenciais são realizados em uma sala separada, próximo ao espaço administrativo, a qual é organizada pela divisão de ambientes bem delimitados. Logo ao passar pelo portão de entrada, há uma sala de recepção onde ocorrem reuniões com visitantes

e outros encontros para resoluções do dia a dia. Esta sala é bem iluminada e decorada com fotos de mulheres renomadas na história e no feminismo, como Barbara de Alencar e Pagu, bem como com mensagens espalhadas pelas paredes em papéis coloridos. Frases como “Lugar de mulher é no tanque de guerra”, ou “não somos rivais, somos a revolução”, disputam as paredes com as manchas de infiltração, que podem ser vistas na Imagem 4 e 5.

**Figura 3 – Infiltrações**



Fonte: Fotografia dos autores na recepção da Casa

A composição destes espaços distintos é o que faz com que a dinâmica da Casa Tina Martins possa acontecer. Esta dinâmica é retratada por Alexandra da seguinte maneira:

Hoje, além da gente cuidar de toda a logística da Casa, a gente tem que cuidar da porta também. E isso é muito complicado, né... Se uma pessoa toca, a gente tem que ir, abrir a porta, atender a pessoa, receber... Só que enquanto isso tem pessoas aqui dentro, das mulheres que permanecem conosco por um tempo [abrigadas] que precisa pegar alguma coisa na despensa, que precisa de uma ajuda, aí o telefone toca, aí tem as crianças, aí tem que pensar no almoço, aí tem um monte de coisa pra arrumar, coisa da Casa... Então são várias atividades que a gente tem que pensar e é meio complicado, então a gente tenta se dividir (Entrevista Alexandra).

Outra função que caracteriza a experiência de resistência a violência de gênero à maneira Tina Martins é o trabalho do acolhimento. Esta função representa a forma em que o grupo encontrou para atingir mais efetivamente o problema da violência de gênero de maneira estrutural e visando possibilidades mais efetivas de transformação. Este processo é complexo e conjuga não apenas a atuação das integrantes com as mulheres abrigadas na Casa, mas perpassa todas as relações no ambiente, inclusive entre as próprias coordenadoras e voluntárias.

O acolhimento significa atender uma mulher não apenas de forma humanitária, como serve para orientar as ações apenas às necessidades específicas de cada situação. Apesar de parecer comum, este tipo de atendimento é inovador, pois visa ultrapassar na prática os métodos burocráticos normalmente realizados neste contexto. Alguns procedimentos, no entanto, são seguidos para nortear este trabalho. Alexandra explica que isso é feito a partir de uma ficha que visa “entender o que ela [a mulher] precisa: atendimento psicológico, jurídico... Ah não, ela só precisava passar aqui uma tarde, precisava de uma orientação...” (Entrevista Alexandra). Ou seja, é preciso verificar qual é a demanda apresentada pela pessoa que chega até a Casa.

Assim, as integrantes da Tina Martins vêm construindo um significado próprio ao conceito de demanda, que revela um ponto importante da experiência. Violeta, coordenadora da Casa, exemplifica quais são as demandas mais comuns e como este conceito é capaz de abarcar uma dimensão estrutural.

Olha, é sempre uma demanda que não é suprida pelo Estado que é do tempo da pessoa se reestruturar, né? Porque o Estado, você chega lá e fica cinco horas na fila pra fazer o boletim de ocorrência, você faz o boletim e ainda tem a chance do policial ter a pachorra de virar e falar: “não, volta pra casa, conversa com ele...”. Então acho que é isso... é uma demanda de mudança mesmo, agora o que vai ser essa mudança às vezes ela não sabe. Pode ser um auxílio jurídico, pode ser um

auxílio psicológico, pode ser efetivamente o abrigo, dependendo aí entra nossa questão do abrigo temporário, dependendo disso e espaço para você se reestruturar (Entrevista – Violeta).

Nesta mesma direção Hilda, coordenadora do núcleo de psicologia, destaca o significado do conceito de demanda. Para ela, deve-se compreender que nem sempre o que o grupo considera ser o mais adequado é o melhor para uma mulher que procura o acolhimento.

Uma das coisas que eu, sendo psicóloga, tentei mostrar e ainda tento, eu falo assim, o que que o sujeito está querendo? Não é a sua vontade, o que que ele quer? O que que aquela mulher está querendo? Então, não é assim, ah porque eu quero dar comida, quero dar um banho para aquela mulher que agora eu sou uma pessoa boa. Não, você tem que ver o que que ela está precisando. Ela está precisando só de um prato de comida? Ótimo, vamos oferecer um prato de comida. Não, ela tá precisando de um abrigo temporário para se estruturar, é isso, vamos oferecer. Ah não, ela precisa de uma semana de um colchão bacana, vamos encaminhar ela pra um outro lugar que possa oferecer isso, mas infelizmente não é naquele espaço físico (Entrevista – Hilda).

Neste sentido, pode-se dizer que a principal ferramenta para superar as insuficiências do Estado é o modo de ouvir e escutar as mulheres. Violeta explica como isto dialoga com a condição de mulher de ambas as envolvidas, acolhida e coordenadora.

Não, você tem que lidar com isso, tanto que é uma coisa que te atinge quanto indivíduo, te atinge enquanto mulher, mas você precisa estar lá mostrar/transparecer segurança pra essa pessoa. Você não tem que ser uma pessoa fria também que não vai demonstrar empatia, mas tem que passar essa segurança. Eu acho que tem uma dificuldade nisso também (Entrevista – Violeta).

Na prática existe certo consenso na forma de agir com as mulheres que vivem na casa, possibilitando uma convivência harmoniosa. A visão de Rosa, assistente social, vai na mesma direção do exposto por Violeta, em que as singularidades de cada mulher são respeitadas.

Eu já falei com mulheres aqui na casa que elas não são obrigadas a fazer, a participar de nada que acontece na casa se elas não quiserem participar. Porque eu vi uma abrigada que ainda tá aqui na casa que ela participa de tudo, mas participa porque ela realmente quer participar ou participa porque ela está aqui e ela se sente na obrigação de participar? Né, e tem isso, mas é uma mulher que está perdida assim. Ela nem o atendimento psicológico ela tá conseguindo fazer porque ela não se abre. É uma pessoa que já passou por muitas coisas na vida, muito sofrimento mesmo na vida, então é uma pessoa que ela não é de fácil acesso assim, né? Então você vai tirando aos poucos aqui e vai fazendo aos poucos porque a gente tem que respeitar o limite das pessoas, né, porque pra gente que tá de fora é muito fácil chegar e falar assim: “olha, muito simples, você precisa fazer isso, isso e isso” (Entrevista – Rosa).

Ângela ressalta, ainda, que a intenção não é rigorosamente atingir um ideal. Para ela, “não é uma coisa que vai sair perfeita, né, que a gente nunca sabe o que o outro precisa, pensa, etc. só que a tentativa é essa” (Entrevista – Ângela). Na vida cotidiana, o acolhimento é realizado em um campo de possibilidades, tendo como horizonte a escuta como uma das facetas mais importantes do acolhimento. Esse tipo de escuta, nem sempre valorizada no contexto atual, também é um aspecto que revela as possibilidades de transformação social da Casa Tina Martins. Pelo ponto de vista de quem já passou por esta situação, uma mulher que se abrigou na Casa conta como viveu na prática essa experiência, para ela, trata-se da possibilidade de ir e vir e até o simples fato “de comer o que quiser, no momento que quiser” (Fala no evento Resiste Tina – Cora Coralina).

Eu chegava lá no Bem-Vinda [casa-abrigo] e também não ouvia o que eu queria ouvir. Não, assim, desvalorizando o trabalho, mas eu não ouvia aquilo que eu queria ouvir, e aqui, então, eu cheguei a ouvir... aqui era: “você pode ficar”. E assim, eu podia ficar, mas era da forma que eu queria mesmo, eu não queria deixar de trabalhar, eu não queria deixar de estudar. Aquilo, para mim, abriu espaço para eu dar continuidade na minha faculdade de Ciência Social. (...) O que eu aprendi com essas mulheres, com a Casa Tina Martins, que eu podia tudo, inclusive ser livre. Hoje eu posso falar do jeito que eu quero, posso comer o que eu quiser também. Eu não preciso sentar em uma mesa com uma xícara e um pires, não, eu posso fazer

diferente. Posso pegar um copo de requeijão e tomar meu café do jeito que eu gosto (Fala no evento Resiste Tina – Cora Coralina).

Outra atividade presente no cotidiano da Casa é a organização de eventos voltados ao público externo. Esses eventos são importantes, pois também servem para unir várias dimensões de atuação da Casa, como o acolhimento, e a discussão de temas políticos, como democracia, ditadura, imigração, racismo, saúde, entre outros. Atividades como a organização e participação de feiras, rodas de conversa, festas, eventos, aulas abertas, clube de cinema, aulas de danças e oficinas são potencializadas pelo coletivo.

**Figura 4 – Exposição do jornal “Lampião da Esquina”<sup>ii</sup>**



**Fonte:** Fotografia dos autores no evento Resiste Tina.

Violeta relata que, além do impacto que estas atividades possuem em sua vida pessoal, estes momentos ainda ajudam a interação entre a Casa e participantes em potencial. Por isso a preocupação em manter uma proximidade teórica da vida prática é muito presente no grupo na organização desse trabalho. Estes eventos são organizados não apenas como meio de arrecadação de fundos, mas fazem parte da experiência política. Como pôde ser visto nas fotos acima, temas que buscam resgatar a história por um ponto de vista contra-hegemônico fazem parte das reflexões estimuladas na Casa.

Por fim, diante de toda complexidade presente na dinâmica da Casa, é possível compreender como a Tina Martins é uma experiência política capaz de romper amarras históricas, como a violência de gênero. Isso é potencializado pelo modo em que esta dinâmica é organizada visando superar diversas barreiras conceituais sedimentadas na história, como é o caso das diferentes funções, formas de participar e estratégias de manutenção do próprio cotidiano.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As memórias resgatadas na Casa Tina Martins nos conduziram a um olhar sobre os sentidos criados em seu cotidiano a partir de relatos pessoais formulados em nossa interação no campo. Visando nos aproximar de uma potencialidade das pesquisas históricas nos Estudos Organizacionais, propusemos a construção de uma narrativa mais preocupada em abarcar esses sentidos singulares da experiência do que elaborar uma concatenação de eventos em relações supostamente causais.

Diante disso, qualquer tipo de generalização do conhecimento ou de estabelecimento de uma verdade fere a compreensão e a reconstrução desse passado, que ao transitar pelo cotidiano, nutre de sentido as práticas das mulheres da Casa Tina Martins. Assim, optamos pela ótica do desenvolvimento de narrativas históricas diversificadas, processuais e que se deslocam do estabelecimento de modelos que utilizam o passado como simples ferramenta de produção e reprodução das relações de poder do presente. Por isso, ao invés de uma conclusão

única, algumas impressões foram construídas em conjunto com as demais integrantes do grupo.

Um dos tópicos discutidos foi a dificuldade em criar uma relação efetivamente horizontal entre todas as participantes da Casa: acolhidas, abrigadas, voluntárias e coordenadoras. Ainda que uma inserção mais ativa das mulheres abrigadas seja um ideal, articular as diversas frentes de trabalho para manter o projeto apresenta algumas barreiras no dia a dia. Isso porque, além de essa inserção ser dificultada pela permanência em períodos inconstantes das mulheres na Casa, as coordenadoras do projeto, muitas vezes, ficam sobrecarregadas com problemas que seriam facilmente solucionáveis com uma participação mais presente do Estado.

A partir dessa narrativa pudemos ver também que a participação em um movimento social não significa uma situação de plena emancipação ou liberdade, mas remete a adequação a outros sistemas de convivência. No caso do movimento Olga Benário, há a busca por um cotidiano menos imbuído do consumo excessivo próprio do neoliberalismo, o que se reverbera na Casa pelas práticas menos produtivistas e mais humanitárias. A despeito da impossibilidade do esgotamento total das características do mundo atual, cenários mais flexíveis são possibilitados por práticas organizacionais com métodos alternativos de decisão e o tipo de escuta conforme desenvolvido no grupo. Mais especificamente, essa perspectiva é vivenciada no cotidiano por meio de atividades como rodas de conversa, reuniões de discussões e pelo acolhimento humanizado à maneira da Casa Tina Martins.

Para a área de Estudos Organizacionais, a pesquisa de cunho participativo em um movimento social revelou amplo campo de possibilidades. Isso porque, neste contexto, a organização se ampara em objetivos éticos que consideram reflexões sobre a existência para além da geração de lucros. Ademais, ao fugir do estabelecimento de uma história única, assumimos na discussão dos saberes administrativos o compromisso não de representarmos uma história única, mas uma das várias possíveis.

Por fim, questões relacionadas às discussões das relações entre passado e presente na História e o distanciamento da ideia que considerava o passado inerte, impossível de ser reinterpretado em função do presente foram aqui abordadas pela discussão dos sentidos construídos no presentes e no cotidiano do grupo. Nesse sentido não há apenas uma memória, mas diversas, as quais são geridas pelos sujeitos e que fazem com que o processo de lembrança e esquecimento seja uma atividade em suma política, transformadora e intencional.

## 7. REFERÊNCIAS

BALASCH, M.; MONTENEGRO, M. Una propuesta metodológica desde la epistemología de los conocimientos situados: Las producciones narrativas. **Encuentros en Psicología Social**, v. 1, n. 3, p. 44-48, 2003.

BARROS, A. N.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. **Revista de Administração de Empresas**, v.55, n.2, p.151-161, 2015.

BARROS, A. N.; CRUZ, R. C.; XAVIER, W. S.; CARRIERI, A. P.; LIMA, G. C. O. Apropriação dos saberes administrativos: um olhar alternativo sobre o desenvolvimento da área. **Revista de Administração Mackenzie**, v.12, n. 5, p. 43-67, 2011.

BASTOS, C. D., 2016. Tina Martins: from occupation to reference house. **V!RUS**, [e-journal] 13. Disponível em: <[http://www.nomads.usp.br/virus/carpet\\_data/73/73en.pdf](http://www.nomads.usp.br/virus/carpet_data/73/73en.pdf)> Acesso em: 05 abr. 2018.

BASTOS, C.D.et al. Entre O Espaço Abstrato E O Espaço Diferencial: Ocupações Urbanas Em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, 2017.

- BURGHAUSEN, M.; BALMER, J. M. T. Repertoires of the corporate past: Explanation and framework. Introducing an integrated and dynamic perspective. **Corporate Communications: An International Journal**, v.19, n.4, p. 384-402, 2014.
- CALLEFI, J. S.; ICHIKAWA, E. Y. A Memória na História Oral de Vida dos Idosos. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.8, n.1, p.85-99, 2019.
- CARNEIRO, A. T. Pode a área de Estudos Organizacionais ser historiográfica? **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 8, p. 987-1017, 2016.
- CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração**, v. 49, n. 4, p. 698-713, out./dez. 2014.
- CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; MARTINS, P. G.; AGUIAR, A. R. C. A Gestão Ordinária e suas práticas: o caso da Cafeteria Will Coffee. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v.12, p. 1-13, 2018.
- CLARK, P; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards an ‘historic turn’? **Business History**, v. 46, n. 3, p. 331-352, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha. Brasília, 2018
- CORAIOLA, D., FOSTER, W. M., SUDDABY, R. Mnemonic capabilities: collective memory as a dynamic capability. **Revista de Administração de Empresas**, v.57, n. 3, p.258-263, 2017.
- COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, 2010.
- COSTA, A. S. M.; SARAIVA, L. Memória e formalização do passado nas organizações. **Revista de Administração Pública**, v.45, n. 6, p. 1761-1780, 2011.
- COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C. A Pesquisa Histórica em Administração: uma proposta para práticas de pesquisas. **Revista Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 20, p. 1-20, 2019.
- COSTA; A. S. M.; SILVA, M. A. C. Novas fontes, novas versões: contribuições do acervo da Comissão Nacional da Verdade. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, pp. 163-183, 2017.
- FISCHER, B. T. D. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. **Memoria, conocimiento y utopía. Anuario de la Sociedad Mexicana de Historia de la Educación**. n.1., p. 161, 1997.
- FONTOURA, Y.; ALFAIA, L.; FERNANDES, A. A pesquisa histórica em estudos Organizacionais no Brasil: uma análise paradigmática e novas perspectivas. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v.11, n.1, 2013.
- GABRIEL, Y., CARR, A. Organizations, management and psychoanalysis: An overview. **Journal of managerial psychology**, n.17 v. 5, p. 348-365, 2002.
- GODFREY, Paul C. et al. What is organizational history? Toward a creative synthesis of history and organization studies. **Academy of Management Review**, v. 41, n. 4, p. 590-608, 2016.
- GOUVÊA, J. B., LÓPEZ CABANA, R. P., & ICHIKAWA, E. Y. As histórias e o cotidiano das organizações: uma possibilidade de dar ouvidos àqueles que o discurso hegemônico cala. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v.5, n.12, p.297-347, 2018.
- GUARINELLO, N. L. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 24(48), 13-38, 2004
- JOAQUIM. N. F.; CARRIERI, A. P. Construção e desenvolvimento de um projeto de história oral em estudos sobre gestão. **Organizações & Sociedade**, v.25, n. 85, p. 303-319, 2018.
- MACLEAN, M.; HARVEY, C.; CLEGG, S. T. Conceptualizing historical organization studies. **Academy of Management Review**, v. 41, n.4, p. 609-632, 2016.

- MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, p. 333-357, 2008.
- PENA, F. G.; MARTINS, T. S.; OLIVEIRA, L.L.; CARRIERI, A. P. O polo da moda em Belo Horizonte: uma análise histórica do Barro Preto. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 15, n. 4, 2016.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROWLINSON, M; BOOTH, C.; CLARK, P.; DELAHAYE, A.; PROCTER, S. Social remembering and organizational memory. **Organization Studies**, v.31, n.1, p. 69-87, 2010.
- SANTOS, L. C. et al. Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da revista *Psicologia & sociedade* (1996-2010). **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 589-603, 2016.
- SCHVAMBACH, J. A fotografia como fonte de pesquisa e sua ficção documental. MICHELON, F. F.; TAVARES, F. S. (organizadoras). **Fotografia e memória: ensaios**. Pelotas: Editora e gráfica Universitária da UFPel, pp. 153-161, 2008.
- SERVA, M.; JAIME JÚNIOR, P. Observação participante e pesquisa em Administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 1, São Paulo, 1995, p. 64-79.
- TRINDADE, T. O.; COSTA, A. S. M. Reflexões sobre a produção de espaços de memória em contextos de justiça de transição: o caso do Memorial da Resistência de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.4, n.2, p. 407-436, 2017.
- VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v.50, n.1, p.37-47, 2010.
- WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência: Homicídio De Mulheres No Brasil**. FLACSO BRASIL. Brasília. v.1. 2015.
- WANDERLEY, S.; BARROS, A. Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. **Management & Organizational History**, v. 13, p. 1-19, 2018.
- WANDERLEY, S.; BARROS, A.; COSTA, A. S. M.; CARRIERI, A. P. Caminhos e percursos da História em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção do presente. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 8, p. 801-820, 2016.
- YATES, J. Understanding historical methods in organization studies. In: BUCHELI, M.; WADHWANI, D. R. (orgs). **Organizations in Time: history, theory, methods**. Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 265-283.
- ZALD, M. N. 'History, Sociology, and Theories of Organization'. In: JACKSON, J. E. (org), **Institutions in American Society: essays in market, political and social organizations**. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 1988, pp.81-108.
- ZALD, M. N. More fragmentation? Unfinished business in linking the social sciences and the humanities. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n.2, p. 251-261, 1996.
- ZALD, M. N. Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: toward a reconceptualization of the foundations of the field. **Organization Science**, v. 4, n. 4, p. 513-528, 1993.

<sup>i</sup> A ocupação Luiz Estrela é proveniente das manifestações de Junho de 2013, atuando em um prédio público localizado no bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte. Esta foi uma das primeiras ações executadas em uma região central da cidade, o que confere grande importância à história das ocupações urbanas, uma vez que estas normalmente localizam-se em periferias da cidade (BASTOS et. al., 2017).

<sup>ii</sup> O Jornal Lâmpião da Esquina é uma publicação voltada aos homossexuais que circulou entre 1978 e 1981 vinculada à imprensa Alternativa após abertura política pós-Regime Militar, instalado em 1964 (Ferreira, 2012).